



# CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.

CNPJ 06.981.381/0001-13



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE MARÇO DE 2022

• A Receita Líquida totalizou **R\$ 113 milhões** no 4T22 (+23,5% vs. 4T21) e **R\$ 421 milhões** na safra 21/22 (+24,7% vs. safra 20/21), refletindo uma maior receita de royalties decorrente do aumento de área plantada com variedades CTC, melhora no mix de variedades, e reconhecimento de receita de clientes inadimplentes. • O **EBITDA** no 4T22 atingiu **R\$ 54 milhões** (+14,8% vs. 4T21) e totalizou **R\$ 217 milhões** na safra 21/22 (+21,9% vs. safra 20/21), refletindo o incremento na receita superior à variação nos investimentos em P&D. • A Receita recorde na safra 2021/2022 reflete um **Market Share** de plantio de 40%, sendo destes 55% variedades elite. • Os Investimentos em P&D totalizaram **R\$ 47 milhões** no 4T22 (+5,7% vs. 4T21). Na safra 21/22 totalizaram **R\$ 168 milhões** (+15,0% vs. safra 20/21), reflexo principalmente da aceleração das atividades em P&D, decorrente da retomada integral das atividades pós COVID-19, bem como da inflação no período.

• O **Lucro Líquido** no 4T22 atingiu **R\$ 37,8 milhões** (+35,4% vs. 4T21), enquanto na safra 21/22 aumentou 23,6%, chegando a **R\$ 134 milhões - maior valor histórico**, por conta das receitas maiores, maior EBITDA e melhor resultado financeiro. • A **Margem Líquida** no trimestre atingiu **33,8%** (+2,9 p.p. vs. 4T21). Na safra atingiu **31,8%** (-0,3 p.p. vs. safra 20/21), devido à variação na taxa efetiva de tributação em 21/22.



**DESTAQUES RESULTADOS SAFRA 2021/2022**

Tabela | Resumo dos Indicadores Financeiros

Em R\$ mil	4T22	4T21	Var. RS	Var. %	2022	2021	Var. RS	Var. %
Receita líquida	112.671	91.219	21.452	23,5%	421.455	337.953	83.502	24,7%
Lucro Bruto	75.807	58.184	17.624	30,3%	284.086	223.561	60.525	27,1%
Margem Bruta	67,3%	63,8%	-3,5 p.p.		67,4%	66,2%	-1,3 p.p.	
EBITDA	54.155	47.174	6.982	14,8%	217.438	178.404	39.034	21,9%
Margem EBITDA	48,1%	51,7%	-3,6 p.p.		51,6%	52,8%	-1,2 p.p.	
Lucro Líquido	37.819	27.934	9.885	35,4%	134.003	108.398	25.605	23,6%
Margem Líquida	33,6%	30,6%	-2,9 p.p.		31,8%	32,1%	-0,3 p.p.	
P&D (incluindo Intangível)	46.851	44.334	2.516	5,7%	167.990	146.036	21.954	15,0%
Caixa Líquido	268.021	223.631	44.390	19,8%	268.021	223.631	44.390	19,8%

Piracicaba, 16 de maio de 2022 (Bovespa Mais (CTCA3), sem negociação). O CTC - Centro de Tecnologia Canaveira ("Companhia"), líder em soluções de melhoramento genético para o setor de cana-de-açúcar no Brasil e um dos mais renomados centros de biotecnologia aplicada à cana do mundo, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre Safra 21/22 (4T22). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, estão apresentadas em Reais (R\$), seguem as normas contábeis internacionais (IFRS), Lei das S.A. e práticas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Na safra 21/22, mantivemos trajetória de expansão de nossas variedades premium, com crescimento das geneticamente modificadas, além de assegurar progressos no desenvolvimento de nossas plataformas tecnológicas, visando o lançamento futuro de variedades elite e geneticamente modificadas. O CTC segue focado na execução do seu planejamento estratégico de longo prazo, com sólida posição de caixa e baixo endividamento, implementando novas tecnologias, sendo a única empresa brasileira com infraestrutura necessária e recursos humanos qualificados para o aperfeiçoamento genético e comercialização de cana-de-açúcar no Brasil. Nossos resultados financeiros refletem uma trajetória de sucesso e ampla aceitação de nossos produtos, que vem atingindo marcas expressivas de market share, com melhora no mix de produtos, permitindo o aumento contínuo de nossas margens. Do ponto de vista de geração de caixa, também tivemos um ano excepcional, com sólida posição de caixa e baixo endividamento, possibilitando condições financeiras para continuidade do nosso programa de pesquisa e desenvolvimento necessário para a oferta futura de variedades que proporcionem rendimentos crescentes, superando comercialmente o desempenho das variedades existentes, assim como as de domínio público. Todos esses fatores se refletem em lucro líquido recorde, resultado do trabalho de colaboradores engajados, dos quais ajudaram a superar grandes desafios, transformando e evoluindo nossos negócios, mesmo diante do período difícil que vivemos em decorrência da pandemia da COVID-19.

**Receita**

A Receita Líquida totalizou **R\$ 421,5 milhões**, aumento de 24,7%

**EBITDA**

O EBITDA alcançou **R\$217,4 milhões**, com margem de 51,6%

**Market Share**

Dos 40% de market share de plantio, 55% são variedades elite

### CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Tecnologia Canaveira é líder mundial em melhoramento genético e biotecnologia aplicados à cultura da cana-de-açúcar. Presente ao longo de toda a cadeia de valor e referência internacional de pioneirismo nas inovações do setor sucroenergético, atua há mais de 50 anos no desenvolvimento de soluções para o setor. Em 2017, a Companhia lançou a primeira variedade transgênica de cana resistente à broca, uma das principais pragas que afetam os canaviais, com prejuízos anuais superiores a R\$ 5 bilhões às usinas. Esse lançamento foi um marco histórico mundial para o setor de cana-de-açúcar. Hoje, temos quatro variedades geneticamente modificadas em comercialização e um pipeline robusto de variedades geneticamente modificadas resistentes à broca e tolerantes ao glifosato.



Amparada no amplo conhecimento das necessidades de nossos clientes, a Companhia promove o desenvolvimento de variedades/cultivares através do melhoramento genético convencional, importante elo da cadeia de valor, contando com o maior banco mundial de germoplasma de cana-de-açúcar. Com o uso de ferramentas de biotecnologia, como a Seleção Genômica, aumentamos a probabilidade de encontrar as melhores variedades. Nossa plataforma de pesquisa e desenvolvimento também envolve a modificação genética para incorporar características de interesse às variedades elite do nosso portfólio. Para atingir este objetivo, a Companhia conta com uma equipe técnica altamente qualificada, além de 25 estações experimentais espalhadas por todo o país. Desde 2018, o CTC também conta com a operação do CTC Genômico, subsidiária integral na cidade de Saint Louis - Missouri, Estados Unidos, com o objetivo de acelerar os planos de pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia vegetal da cana-de-açúcar, com ênfase na edição genômica, tema em ascensão em todo o mundo e com pesquisadores focados no desenvolvimento de variedades utilizando esta nova tecnologia. O CTC Genômico vem conferindo agilidade, economia e segurança ao processo de desenvolvimento de variedades da Companhia, e temos expectativas de novos traços para o aumento de nosso portfólio. Com 34 cultivares de exploração comercial, nosso portfólio atual de variedades de cana-de-açúcar está dividido em três grupos: Variedades CTC6 a CTC26, Variedades Série 9000 (variedades elite) e Variedades Geneticamente Modificadas. Tais variedades estão associadas a produtos de alta produtividade e confiabilidade, que proporcionam redução de riscos de perda na colheita para os clientes. Todos esses fatores conferem ao CTC importantes vantagens competitivas e de posicionamento, com investimentos em P&D no desenvolvimento de produtos com valor agregado cada vez maior.

### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam auditoria externa, o CTC informa que a política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os seus auditores independentes visa assegurar a não existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se baseia em princípios que preservam a independência do auditor. Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras e revisões trimestrais (ITR) relacionados ao exercício findo em 31 de março de 2022 (4T22) foram realizados pela Ernst & Young Auditores Independentes, que não prestou serviços não relacionados à auditoria no período.

### DISCLAIMER

Este material é propriedade do Centro de Tecnologia Canaveira S/A e não poderá ser reproduzido ou disseminado, no todo ou em parte, sem nosso consentimento prévio e por escrito. As declarações aqui contidas são projeções e estimativas ("forward-looking statements"), segundo a definição da Seção 27A da Lei de Valores Mobiliários dos Estados Unidos de 1933 - U.S. Securities Act of 1933 - e suas posteriores atualizações). Desta forma, são apenas expectativas de nossa administração quanto ao futuro da Companhia e de nossos negócios, feitas com base em circunstâncias e informações disponíveis nesta data e sem qualquer garantia de efetiva de resultados/performance ou obrigação de atualização. Apesar de baseadas em suposições razoáveis, tais projeções estão sujeitas a diversos riscos e incertezas, tais como, mas não se limitando a: (1) condições econômicas gerais, políticas, demográficas e comerciais que afetem o setor e países em que atuamos; (2) inflação, depreciação e desvalorização do real; (3) alteração do cenário competitivo (especialmente, mas não se limitando ao setor de etanol e açúcar); (4) nossa habilidade de implementar nosso plano de investimento de capital, incluindo nossa habilidade de obter financiamento quando necessário e em termos razoáveis; (5) nossa habilidade de concorrer e conduzir nossos negócios no futuro; (6) alterações na demanda dos consumidores; (7) alterações em nossos negócios; (8) intervenções do governo resultantes em alterações na economia ou legislação (regulatória, tributária, entre outras) que possam afetar nossos negócios; e (9) outros fatores que viem a afetar nossa situação financeira, liquidez e resultados operacionais. As informações financeiras foram preparadas de acordo com as normas da CVM (Comissão de Valores Mobiliários Brasileira) e os CPCs (Comitês de Pronunciamento Contábeis Brasileiros) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (emitidas pelo International Accounting Standard Board) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### CONTATO RI

Rinaldo Pechio Junior - Diretor de Relações com Investidores  
Diego Henrique Souza Ferrás - Gerente de Relações com Investidores  
Telefone: (019) 3429-8199 - E-mail: ri@ctc.com.br

### BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$ mil	Consolidado				
	4T22	3T22	2T22	1T22	4T21
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	205.365	241.264	233.087	168.029	213.284
Aplicações Financeiras	146.300	155.441	-	78.401	120.740
Contas a receber	51.599	60.289	99.979	97.764	17.805
Estoques	7.345	9.342	7.072	6.021	3.936
Impostos a recuperar	72	115	89	96	101
Ativo biológico	1.157	1.120	914	914	707
Ativo fiscal corrente	-	-	684	2.961	7.331
Outras contas a receber	4.347	3.627	5.289	5.355	3.669
Total do ativo circulante	416.185	471.198	347.114	359.541	367.753
Instrumentos financeiros	-	-	7.989	9.074	10.286
Contas a receber	12.395	8.651	7.795	9.681	14.313
Outras contas a receber	17.475	18.005	18.535	17.386	12.032
Depósitos judiciais	10.898	10.898	24.538	24.356	1.079
Impostos a recuperar	2.679	1.396	936	720	533
Ativo fiscal diferido	31.080	32.004	37.957	37.597	35.732
Total do realizável a longo prazo	74.527	70.954	97.750	98.814	73.975
Investimentos	-	-	-	-	-
Imobilizado	79.514	75.051	72.301	72.010	72.998
Direito de uso	30.430	31.376	30.361	31.914	29.689
Intangível	328.855	319.483	315.895	311.120	305.457
Total do ativo não circulante	438.799	496.864	516.307	513.858	482.119
<b>Total do ativo</b>	<b>929.511</b>	<b>968.062</b>	<b>863.421</b>	<b>873.399</b>	<b>849.692</b>

### BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$ mil	Consolidado				
	4T22	3T22	2T22	1T22	4T21
<b>Passivo</b>					
Fornecedores	14.650	11.733	10.307	10.824	18.045
Obrigações de arrendamentos	8.419	7.886	7.817	7.014	6.702
Empréstimos e financiamentos	16.190	21.587	32.620	30.685	29.400
Impostos e contribuições a recolher	5.776	9.121	3.397	3.186	3.029
Salários, férias e encargos	30.735	26.174	24.605	31.467	25.587
Dividendos a pagar	35.578	3.815	2.630	25.748	26.622
Receitas Auferir	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	2.778	2.975	2.899	2.786	2.832
Total do passivo circulante	114.126	156.358	84.275	111.710	112.217
Obrigações de arrendamentos	23.457	25.199	24.941	27.532	25.640
Empréstimos e financiamentos	-	-	7.343	14.686	22.029
Provisão para processos judiciais	805	805	805	805	805
Total do passivo não circulante	24.262	26.004	33.089	43.023	48.474
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	562.203	562.203	562.203	562.203	562.203
Reserva de Capital	10.859	10.518	10.177	9.835	9.835
Reserva legal	14.233	7.533	7.533	7.533	7.533
Reserva de integralidade do patrimônio líquido	202.818	107.341	107.341	107.341	107.341
Lucros acumulados	-	-	96.184	57.063	30.563
Ajustes acumulados de conversão	1.010	1.921	1.740	1.191	2.089
Total do patrimônio líquido	791.123	785.700	746.057	718.666	689.001
Total do passivo	138.388	182.362	117.364	154.733	160.691
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>929.511</b>	<b>968.062</b>	<b>863.421</b>	<b>873.399</b>	<b>849.692</b>

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

	BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS				
	Nota	Consolidado		Controladora		Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
<b>Ativo</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	8	205.365	213.284	204.454	212.116					
Aplicações financeira	8	146.300	120.740	146.300	120.740					
Contas a receber	9	51.599	17.805	51.599	17.805					
Estoques		7.345	3.936	7.345	3.936					
Impostos a recuperar		72	101	72	101					
Ativo biológico		1.157	707	1.157	707					
Ativo fiscal corrente		-	7.331	-	7.331					
Outras contas a receber	10	4.347	3.669	3.943	3.382					
Total do ativo circulante		416.185	367.573	414.870	366.118					
Aplicações financeiras	8	-	10.286	-	10.286					
Contas a receber	9	12.395	14.313	12.395	14.313					
Outras contas a receber	10	17.475	12.032	17.475	12.032					
Depósitos judiciais	20	10.898	1.079	10.898	1.079					
Impostos a recuperar		2.679	533	2.679	533					
Ativo fiscal diferido	11	31.080	35.732	31.080	35.732					
Total do realizável a longo prazo		74.527	73.975	74.527	73.975					
Investimentos em controladas	12	-	5.497	-	7.024					
Imobilizado	13	79.514	72.998	75.748	67.476					
Direito de uso	14	30.430	29.689	29.138	27.289					
Intangível	15	328.855	305.457	327.742	303.269					
Total do ativo não circulante		513.326	482.119	512.652	479.033					
<b>Total do ativo</b>		<b>929.511</b>	<b>849.692</b>	<b>927.522</b>	<b>845.151</b>					
<b>Passivo</b>										
Fornecedores	16	14.650	18.045	13.945	16.793					
Obrigações de arrendamentos	14	8.419	6.702	7.501	5.589					
Empréstimos e financiamentos	19	16.190	29.400	16.190	29.400					
Impostos e contribuições a recolher	17	5.776	3.029	5.776	3.029					
Salários, férias e encargos	18	30.735	25.587	30.233	24.862					
Dividendos a pagar	19	35.578	26.622	35.578	26.622					
Outras contas a pagar		2.778	2.832	3.549	3.181					
Total do passivo circulante		114.126	112.217	112.772	109.476					
Obrigações de arrendamentos	14	23.457	25.640	22.822	23.840					
Empréstimos e financiamentos	19	-	22.029	-	22.029					
Provisão para processos judiciais	20	805	805	805	805					
Total do passivo não circulante		24.262	48.474	23.627	46.674					
<b>Patrimônio líquido</b>										
Capital social		562.203	562.203	562.203	562.					



# CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

CNPJ 06.981.381/0001-13



→ continuação

**1. Contexto operacional:** O CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. ("Companhia" ou "Grupo") tem por objetivo social a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias para o setor sucroenergético, com destaque para o desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar, através de melhoramento genético e biotecnologia, além de novas tecnologias. A sede da Companhia está localizada na cidade de Piracicaba, no estado de São Paulo. Desde 24 de agosto de 2016 a Companhia possui registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e integra o segmento Bovespa Mais. A Companhia possui duas grandes áreas de foco de pesquisa sendo uma delas a de Melhoramento Genético na qual detém um amplo banco de germoplasma de cana-de-açúcar e papel destacado nos campos de melhoramento genético e da biotecnologia aplicados à cana-de-açúcar, sendo apenas um segmento seguindo o CPC 22 - Informações por segmento. Outro foco é a área de Novas Tecnologias, explorando tecnologias disruptivas buscando ganhos de produtividade, como por exemplo, as sementes artificiais. A Companhia possui uma subsidiária integral, denominada CTC Genomics LLC, em Saint Louis, Estados Unidos da América, ("CTC Genomics" ou "Controlada"), cujo objeto social é de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. A Companhia e sua controlada são denominadas em conjunto como "Grupo", nessas demonstrações financeiras. Em linha com a nossa estratégia de desenvolver tecnologias disruptivas que aumente a produtividade agrícola no setor sucroenergético, em 6 de agosto de 2018 obtivemos da CTNBio, a aprovação da primeira variedade geneticamente modificada CTC 20 Bt. Essa variedade possui um marco na indústria sucroenergética global. Por ser a primeira desenvolvida com tecnologia 100% brasileira pelo Grupo, a CTC 20 Bt é resistente à broca da cana (diatraea saccharalis), principal praga das lavouras brasileiras. Em 2018 tivemos a aprovação da segunda variedade geneticamente modificada, a CTC 3001Bt. No terceiro trimestre de 2019, a CTNBio publicou a aprovação do uso comercial do terceiro evento de modificação genética em variedade de cana-de-açúcar, a "CTC 3003 BT". A nova variedade também tem como características a resistência à broca da cana, principal praga que ameaça a cultura. Mais uma variedade elite transformada e adaptada a diferentes regiões foi aprovada para comercialização. Por fim, no terceiro trimestre de 2020, a CTNBio publicou a aprovação do uso comercial do quarto evento de modificação genética em variedade de cana-de-açúcar, a "CTC 7515BT". A variedade é uma das variedades geneticamente modificadas desregulamentadas mais rapidamente para comercialização. Em 21 de setembro de 2020 foi aprovado em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração o orçamento para uma potencial oferta pública de ações da Companhia ("Oferta"), considerando as demais despesas necessárias para a referida operação. Em 21 de outubro de 2020 foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária a migração de segmento de listagem da Companhia, do segmento especial denominado Bovespa Mais, para o segmento especial de negociação denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), ambos perante a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ("Migração de Segmento de Listagem"), e a consequente submissão à B3 do pedido de registro de alteração de segmento, nos termos do Manual do Emissor e do Regulamento do Novo Mercado. A B3, em 20 de abril de 2021, a Companhia informou ao mercado sobre a postergação da oferta pública pela Companhia, em função da deterioração das condições do mercado. Atualmente a Companhia está aguardando um momento mais oportuno para a realização do IPO. **Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas preparações das demonstrações financeiras:** A propagação da COVID-19, desde o início de 2020, afetou os negócios e atividades econômicas em escala global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual de controle do surto, com a flexibilização das medidas de restrição consequente a redução da gravidade e número de casos, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2022 reflete a atual situação econômica e financeira da Companhia e sua controlada. Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, a administração do Grupo avaliou que não havia incertezas relevantes que pudessem afetar sua capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras de 31 de março de 2022. A Companhia e sua controlada continuarão monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

**2. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e apresentadas de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada uma informação suplementar. A Companhia não possui uma hierarquia baseada nas informações das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de maio de 2022. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 5 e nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais; os instrumentos financeiros não derivativos são designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

**3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. As estimativas das revisões são reconhecidas prospectivamente. a) **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 09 - Provisão para perdas de créditos esperada (Contas a receber); • Nota Explicativa nº 15 - Capitalização de gastos com desenvolvimento (Intangível); • Nota Explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros Nota Explicativa nº 14 - Arrendamentos mercantis operacionais; b) **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas quanto a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de março de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 6.c (iii) - Vida útil do ativo imobilizado; • Nota Explicativa nº 6.d (ii) - Vida útil do intangível; • Nota 6.e - Redução ao valor recuperável; • Nota Explicativa nº 11 - Ativo fiscal diferido; • Nota Explicativa nº 20 - Provisão para perdas de créditos esperada; • Nota Explicativa nº 21.d - Reserva de capital - Plano de outorga de ações; **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3, e reportar diretamente ao Chief Financial Officer (CFO). A equipe de avaliação revisa regularmente os dados necessários para o cálculo e ajustes de avaliação. Se a informação é de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 09 - Contas a receber; • Nota Explicativa nº 19 - Empreitamentos e financiamentos; • Nota Explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

**5. Mudanças nas principais políticas contábeis:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 (no caso da Companhia 1º de abril de 2021) e após essa data, para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022. As alterações incluem: a) **Revisão de ativos e passivos:** A Companhia adotou a política contábil de reconhecer os efeitos das alterações nas suas operações e nas demonstrações financeiras. As alterações no CPC 06 (R1), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 23: **Reforma da Taxa de Juros de Referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 40 tornaram exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado, o que permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificar quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não afetaram o período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. O Grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia de Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia da Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 de junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

**6. Principais políticas contábeis:** a) **Base de consolidação:** i) **Controladas:** As demonstrações financeiras da controlada é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle dela de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ii) **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com ativos investíveis são eliminados contra o investimento. As perdas não realizadas também são eliminadas a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (impairment) do ativo. b) **Instrumentos financeiros:** i) **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece as contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo das mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **Contas a receber, outros recebíveis:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para perda de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber. ii) **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. iii) **Capital social:** As ações são todas ordinárias nominativas, sem valor nominal e são classificadas como patrimônio líquido, dedutíveis de quaisquer efeitos tributários. c) **Imobilizado:** i) **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra diretos, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e a condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados, o custo de empréstimos sobre ativos qualificados. Ganhos ou perdas decorrentes de um item do imobilizado são ajustados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. ii) **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente serão usufruídos pela Companhia e que o seu custo seja medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos como despesas conforme incorridos. iii) **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado,

## NOTAS EXPLICATIVAS QUAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios <td>10%</td>	10%
Equipamentos de informática <td>20%</td>	20%
Veículos <td>10%</td>	10%
Beneficiários <td>5%</td>	5%
Beneficiários em imóveis de terceiros <td>10%</td>	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro, eventualmente ajustados aos reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d) **Intangível:** i) **Projetos de pesquisa & desenvolvimento:** Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. ii) **Software:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. iii) **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se nos benefícios econômicos futuros com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil média estimada para o exercício corrente e comparativa é a seguinte:

Software	5 anos
Projetos de pesquisa & desenvolvimento	15-20 anos

Métodos de amortização, vida úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. e) **Redução ao valor recuperável (Impairment):** i) **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de uma maneira confiável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 12 meses como prolongado. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. ii) **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, estoques e intangível, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as informações vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e o risco específicos do ativo. i) **Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas. g) **Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. h) **Transações envolvendo pagamento baseado em ações:** Funcionários da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pelo Companhia como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da (vesting) sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios ganhos, portanto a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa. Transações envolvendo títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho não



**CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.**  
CNPJ 06.981.381/0001-13



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS											Provisões de natureza trabalhista (805)	Depósitos judiciais
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de Informática	Veículos	Edifícios e Benfeitorias	Benfeitorias imóveis terceiros	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Plântio de cana	Total		
<b>13. Imobilizado:</b>												
<b>Consolidado</b>												
<b>Custo:</b>												
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	61.611	4.307	7.073	6.609	1.838	37.100	12.420	1.418	7.000	139.376		1.079
Adições	9.114	544	1.516	1.648	330	—	9.833	480	294	23.759		22.917
Conversão moeda	(781)	(28)	(138)	—	—	(460)	—	—	—	(1.407)		(12.976)
Baixas	(1.756)	(6)	(41)	(297)	(6)	(135)	(135)	(1.418)	—	(3.653)		(1.122)
Transferências	214	855	39	22	554	6.716	(8.400)	—	—	—		(805)
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	68.402	5.672	8.449	7.982	2.722	43.356	13.718	480	7.294	158.075		10.898
<b>Depreciação:</b>												
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	(37.129)	(2.008)	(4.959)	(3.707)	(588)	(15.113)	—	—	(2.874)	(66.378)		—
Depreciação no exercício	(6.116)	(342)	(874)	(855)	(126)	(3.979)	—	—	(1.517)	(13.809)		—
Baixa depreciação	1.075	—	27	46	—	—	—	—	—	1.148		—
Conversão moeda	236	8	44	—	—	190	—	—	—	478		—
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	(41.934)	(2.342)	(5.762)	(4.516)	(714)	(18.902)	—	—	(4.391)	(78.561)		—
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	24.482	2.299	2.114	2.902	1.250	21.987	12.420	1.418	4.126	72.998		—
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	26.468	3.330	2.687	3.466	2.008	24.454	13.718	480	2.903	79.514		—
<b>Taxa de depreciação</b>	10%	10%	20%	10%	5%	8%	—	—	20%	—		—
<b>Controladora</b>												
<b>Custo:</b>												
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	55.959	4.170	6.468	6.608	1.838	37.302	10.418	1.418	7.000	131.181		—
Adições	9.034	346	1.465	1.648	330	—	9.833	480	294	23.430		—
Baixas	(1.756)	(6)	(41)	(297)	(6)	(135)	(135)	(1.418)	—	(3.653)		—
Transferências	214	855	39	22	554	6.716	(8.400)	—	—	—		—
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	63.451	5.365	7.931	7.981	2.722	44.018	11.716	480	7.294	150.958		—
<b>Depreciação:</b>												
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	(35.783)	(1.967)	(4.741)	(3.709)	(588)	(14.043)	—	—	(2.874)	(63.705)		—
Depreciação no exercício	(5.558)	(306)	(730)	(855)	(126)	(3.561)	—	—	(1.517)	(12.653)		—
Baixa depreciação	1.075	—	27	46	—	—	—	—	—	1.148		—
Conversão moeda	(40.266)	(2.273)	(5.444)	(4.519)	(714)	(17.604)	—	—	(4.391)	(75.219)		—
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	(40.266)	(2.273)	(5.444)	(4.519)	(714)	(17.604)	—	—	(4.391)	(75.219)		—
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	20.176	2.203	1.727	2.899	1.250	23.259	10.418	1.418	4.126	67.476		—
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	23.185	3.092	2.487	3.463	2.008	26.414	11.716	480	2.903	75.748		—
<b>Taxa de depreciação</b>	10%	10%	20%	10%	5%	8%	—	—	20%	—		—
<b>Consolidado</b>												
<b>Custo:</b>												
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	56.672	3.559	6.192	5.569	1.758	31.244	17.344	112	6.844	129.292		—
Adições	5.061	711	913	1.898	80	219	8.891	3.235	156	21.164		—
Baixas	(122)	(7)	(32)	(858)	—	—	(2.001)	(1.929)	—	(4.949)		—
Transferências	2	44	—	—	—	5.637	(5.683)	—	—	—		—
Transferências para intangível	—	—	—	—	—	(6.131)	—	—	—	(6.131)		—
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	61.613	4.307	7.073	6.609	1.838	37.100	12.420	1.418	7.000	139.376		—
<b>Depreciação:</b>												
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	(30.191)	(1.749)	(4.349)	(3.705)	(445)	(12.124)	—	—	(1.409)	(53.972)		—
Depreciação no exercício	(6.940)	(259)	(610)	(2)	(143)	(2.989)	—	—	(1.465)	(12.408)		—
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	(37.131)	(2.008)	(4.959)	(3.707)	(588)	(15.113)	—	—	(2.874)	(66.380)		—
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	26.481	1.810	1.843	1.864	1.313	19.120	17.344	112	5.435	75.320		—
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	24.482	2.299	2.114	2.902	1.250	21.987	12.420	1.418	4.126	72.998		—
<b>Taxa de depreciação</b>	10%	10%	20%	10%	5%	8%	—	—	20%	—		—
<b>Controladora</b>												
<b>Custo:</b>												
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	51.557	3.439	5.686	5.568	1.758	31.665	15.342	112	6.844	121.971		—
Adições	4.522	694	814	1.898	80	219	8.891	3.235	156	20.290		—
Baixas	(122)	(7)	(32)	(858)	—	—	(2.001)	(1.929)	—	(4.949)		—
Transferências	2	44	—	—	—	5.637	(5.683)	—	—	—		—
Transferências para intangível	—	—	—	—	—	(6.131)	—	—	—	(6.131)		—
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	55.959	4.170	6.468	6.608	1.838	37.302	10.418	1.418	7.000	131.181		—
<b>Depreciação:</b>												
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	(29.574)	(1.728)	(4.247)	(3.707)	(445)	(11.623)	—	—	(1.409)	(52.733)		—
Depreciação no exercício	(6.209)	(239)	(494)	(2)	(143)	(2.420)	—	—	(1.465)	(10.972)		—
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	(35.783)	(1.967)	(4.741)	(3.709)	(588)	(14.043)	—	—	(2.874)	(63.705)		—
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	21.983	1.711	1.439	1.861	1.313	20.042	15.342	112	5.435	69.238		—
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	20.176	2.203	1.727	2.899	1.250	23.259	10.418	1.418	4.126	67.476		—
<b>Taxa de depreciação</b>	10%	10%	20%	10%	5%	8%	—	—	20%	—		—

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente e ajustados se necessário de forma prospectiva. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados em 31 de março de 2022. Lavorações de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem duração média de cinco cortes. O montante alocado em obras em andamento refere-se principalmente a melhorias em laboratórios de pesquisas e inclusive melhorias sistêmicas. O Grupo avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo, se esses indicadores são identificados, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Para o exercício findo em 31 de março de 2022 o Grupo não identificou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

**14. Direito de uso e obrigações com arrendamentos:** a) **Direito de uso:** A movimentação no direito de uso durante o exercício de 31 de março, é como segue:

Consolidado	Imóveis partes relacionadas		Arrendamento agrícola partes relacionadas (NE 26)		Arrendamento agrícola		Total
	relacionadas	Imóveis	relacionadas (NE 26)	Veículos	relacionadas (NE 26)	agrícola	
<b>31 de março de 2020</b>	22.142	2.937	—	2.471	—	—	27.550
Adição/reversão	1.729	1.572	—	5.654	1.211	10.166	10.166
Amortização	(4.282)	(537)	(1.344)	(1.560)	(304)	(8.022)	(8.022)
<b>31 de março de 2021</b>	19.589	2.400	—	2.699	907	29.689	29.689
Adição/reversão	1.794	—	—	3.076	1.138	8.156	8.156
Conversão de moeda	—	(346)	—	—	—	(346)	(346)
Amortização	(2.551)	(762)	(1.779)	(1.480)	(497)	(6.307)	(6.307)
<b>31 de março de 2022</b>	18.832	1.292	—	3.996	4.762	10.469	10.469
<b>Taxa de amortização</b>	9%	9%	33%	10%	10%	10%	—
<b>Controladora</b>							
<b>Custo:</b>							
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	21.610	3.561	—	2.929	—	—	28.100
Adição/reversão	1.729	1.572	—	5.654	1.211	10.166	10.166
Amortização	(4.282)	(537)	(1.344)	(1.560)	(304)	(8.022)	(8.022)
<b>31 de março de 2021</b>	19.589	2.699	—	4.094	907	27.289	27.289
Adição/reversão	1.794	—	—	3.076	1.138	8.156	8.156
Amortização	(2.551)	(762)	(1.779)	(1.480)	(497)	(6.307)	(6.307)
<b>31 de março de 2022</b>	18.832	3.996	—	4.762	1.548	29.138	29.138
<b>Taxa de amortização</b>	9%	9%	33%	10%	10%	10%	—

b) **Passivo de arrendamento**  
A movimentação no passivo de arrendamento no exercício de 31 de março, é como segue:

Arrendamentos Consolidado	Imóveis partes relacionadas		Arrendamento agrícola partes relacionadas (NE 26)		Arrendamento agrícola		Total
	relacionadas	Imóveis	relacionadas (NE 26)	Veículos	relacionadas (NE 26)	agrícola	
<b>31 de março de 2020</b>	21.610	3.561	—	2.929	—	—	28.100
Adição/reversão	2.208	—	1.753	5.779	1.237	10.977	10.977
Apropriação de encargos financeiros	(504)	(62)	(218)	(110)	(22)	(916)	(916)
Pagamento	(1.885)	(586)	(1.665)	(1.421)	(262)	(5.819)	(5.819)
<b>31 de março de 2021</b>	21.429	2.913	2.799	4.248	953	32.342	32.342
Adição/reversão	1.794	—	3.146	2.306	1.242	4.488	4.488
Conversão de moeda	—	(490)	—	—	—	(490)	(490)
Apropriação de encargos financeiros	1.517	56	309	415	136	2.433	2.433
Pagamento	(4.211)	(926)	(3.220)	(1.874)	(666)	(10.897)	(10.897)
<b>31 de março de 2022</b>	20.529	1.553	3.034	5.095	1.665	31.876	31.876
Circulante	2.567	918	2.151	2.336	447	8.419	8.419
Não circulante	17.962	635	883	2.759	1.218	23.457	23.457

Em 31 de março de 2022 o perfil de vencimento do passivo de arrendamento de terceiros e partes relacionadas (Nota 26) do consolidado é como segue:

Exercícios	Valor presente		Valor futuro	
	2022	2021	2022	2021
1 a 12 meses	7.501	8.926	7.501	8.926
13 a 36 meses	5.577	6.434	5.577	6.434
37 a 48 meses	3.529	4.087	3.529	4.087
A partir de 49 meses	3.722	4.037	3.722	4.037</

